

Portaria SPPREV/DBM nº 55/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. JMLG, Benefício nº 50226486, instituída pelo militar SD 1º CLASSE PM RE 901603 CLAUDIO GONÇALVES, falecido em 14/9/1994, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/889/2023 sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Por meio de contato eletrônico, a interessada solicitou cópias do processo, as quais foram realizadas em 27/07/2023.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00007113/2023-51

Interessado: Sra. JMLG (RG:16.324.639 CPF:101.889.126-90)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 55/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. JMLG, Benefício nº 50226486, instituída pelo militar SD 1º CLASSE PM RE 901603 CLAUDIO GONÇALVES, falecido em 14/9/1994, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/889/2023 sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Por meio de contato eletrônico, a interessada solicitou cópias do processo, as quais foram realizadas em 27/07/2023.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00015616/2023-09

Interessado: Sra. LDSO (RG:35.149.415-7 CPF:357.355.128-01)

Assunto: Encerramento - Fase instrutória procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 110/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. LDSO, Benefício nº 50340272, instituída pelo militar CB PM RE 853483 ADAO FAUSTINO DE OLIVEIRA, FALECIDO EM 11/11/2006, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II e III, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/3121/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00007107/2023-02

Interessado: Sra. VDPG (RG:42.936.367-9 CPF:330.427.798-66)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 50/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. VDPG, Benefício nº 50321812, instituída pelo militar 1º SGT PM RE 48608 MIGUEL CARLOS DA GAMA, falecido em 27/12/2004, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/854/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Por meio de contato eletrônico, a interessada solicitou cópias do processo, as quais foram realizadas em 09/10/2023.

Em 09/10/2023, por meio do Protocolo SIGEPREV 61306325, a interessada apresentou manifestação na qual solicitou o

restabelecimento do benefício, por fim, juntou certidão de nascimento.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00004805/2023-48

Interessado: Sra.VCVM (RG:41.359.270-4 CPF:227.927.068-48)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 115/2022

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. VCVM, Benefício nº 50284167, instituída pelo militar 1ª CLASSE PM RE 46809 JAIR MARROCHI, falecido em 22/03/2001, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II e III, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/4290/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, inclusive por edital, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00006819/2023-04

Interessado: Sra. RRVQ (RG:20.289.630-4 CPF:299.299.368-90)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 26/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. RRVQ, Benefício nº 50284280, instituída pelo militar SD 1ª CLASSE PM RE 771936 JORGE LUIZ DO VALLE QUARESMA, falecido em 02/01/2001, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II e III, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/808/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, inclusive por edital, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00009592/2023-41

Interessado: Sra. EBO (RG:40716585-X CPF:360.954.708-11)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 61/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. EBO, Benefício nº 50179079, instituída pelo militar CB PM RE 861070 EBER GONÇALVES OLIVEIRA, falecido em 28/01/1989, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II e III, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/2608/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, inclusive por edital, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00009741/2023-71

Interessado: Sra. PYVB (RG:29.635.250-0 CPF:338.777.378-11)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 69/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. PYVB, Benefício nº 50302834, instituída pelo militar CB PM RE 881903 RICARDO ANTONIO VILAS BOAS, falecido em 31/12/2003, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II e III, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/2617/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, inclusive por edital, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00009739/2023-01

Interessado: Sra. VDS (RG:43.548.050-9 CPF:214.680.938-86)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 68/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. VDS, Benefício nº 50225511, instituída pelo militar CAP PM RE 81435 ELISABETH DANIEL STAPANI, falecido em 13/12/1994, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II e III, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/2615/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, inclusive por edital, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00009602/2023-48

Interessado: Sra. JSR (RG:46718302-8 CPF:379.708.818-31)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 62/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. JSR, Benefício nº 50331639, instituída pelo militar SD 1ª CLASSE PM RE 810832 AILTON PEREIRA DA ROCHA, falecido em 29/01/2006, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II e III, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/2609/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, inclusive por edital, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00009752/2023-51

Interessado: Sra. SCN (RG:44480013-X CPF:227.745.758-26)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - Filha solteira

Portaria SPPREV/DBM nº 72/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. SCN, Benefício nº 50283250, instituída pelo militar 2º SGT PM RE 801732 BENEDITO DO NASCIMENTO, falecido 05/03/2001, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, *c/c* 19, II e III, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/2621/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, inclusive por edital, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada

permanecerá suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Nº do Processo: 152.00007067/2023-91

Interessado: Sra. PBNS (RG:35.158.490-0 CPF:317.826.748-45)

Assunto: Encerramento Fase Instrutória - Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte – Cônjuge

Portaria SPPREV/DBM nº 44/2023

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de cônjuge, a Sra. PBNS, Benefício nº 50286012, instituída pelo militar CB PM RE 992113 ADEMIR AGUERA DOS SANTOS, falecido em 06/07/2001, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, I, *c/c* 19, II, da Lei Estadual nº 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento, a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM nº 33/850/2023, sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, *c/c* art. 58, IV, da Lei 10.177/98.

Embora devidamente intimada e cientificada da instauração deste procedimento, inclusive por edital, a interessada não apresentou manifestação de defesa.

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção. Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada será suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se somente com as iniciais do nome e o documento de identificação da interessada, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, e intime-se, para querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Processo: DETRAN 140.00257392/2023-96

Interessado: Departamento Estadual de Trânsito.

Assunto: Pagamento de Diárias 50% - Exercício 2023

Com fulcro no artigo 8º § 2º do Decreto nº 48.292/03, AUTORIZO em caráter excepcional o pagamento de diárias acima do limite regulamentar correspondente a 1 (uma) vez a retribuição mensal dos servidores abaixo.

Nome: Alessandro Pentino Benincasa